

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 4 | Nº 11 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4252805>



DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO

Dominique Guimarães de Souza¹

Jean Carlos Miranda²

Resumo

O presente ensaio discute os principais desafios da implementação do ensino remoto, em razão da pandemia de COVID-19. Tal condição se apresenta como uma nova realidade para a sociedade brasileira e coloca em evidência a fragilidade de seu sistema educacional.

Palavras chave: COVID-19; ensino remoto; pandemia.

Abstract

This essay discusses the main challenges of implementing remote education, due to the COVID-19 pandemic. This condition presents itself as a new reality for Brazilian society and highlights the fragility of its educational system.

Keywords: COVID-19; pandemic; remote education.

INTRODUÇÃO

O novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19), foi identificado em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na Província de Hubei, na China. De acordo com Duarte (2020), estudos recentes apontam que o surto de COVID-19 tenha iniciado no mercado de frutos do mar da cidade chinesa. Pesquisas indicam que o morcego é o hospedeiro natural de diversos coronavírus, dentre eles o SARS-CoV-2, que pode ter sido transmitido ao homem por meio do contato com animais selvagens.

Tendo a sua circulação confirmada em janeiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (LANA *et al.*, 2020), logo a doença se espalhou por diversos países, sendo denominada, em março de 2020, pela OMS como uma pandemia. Diante do alto grau de disseminação da doença em pouco tempo, medidas higiênicas e de distanciamento social foram recomendadas a fim de conter a sua rápida propagação (FERENTZ *et al.*, 2020).

A expansão da COVID-19 por todas as regiões do mundo, impactou diversos setores da sociedade, evidenciou a vulnerabilidade humana devido ao número de casos, mortes e de eventuais

¹ Licenciada em Ciências Biológicas. Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. E-mail para contato: dominique_guimaraes@yahoo.com.br

² Licenciado em Ciências Biológicas, mestre em Biologia e doutor em Ciências. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: jeanmiranda@id.uff.br



políticas de isolamento. A pandemia atingiu fortemente a economia do planeta, gerando tensões em vários mercados financeiros, expondo o grau de sensibilidade e vulnerabilidade macroeconômicas de muitos países e microeconômicas das cadeias globais de produção (SENHORAS, 2020).

O primeiro caso confirmado de COVID-19, no Brasil, foi registrado em 26 de fevereiro; um paciente de 61 anos, que havia viajado recentemente para o exterior (DIAS *et. al.*, 2020). Logo na primeira quinzena de março de 2020, houve um significativo aumento no número de casos da doença no país. A rápida e expressiva disseminação da COVID-19 em março, fez com que fosse estabelecido o distanciamento social, denominado quarentena. Algumas das principais medidas públicas de isolamento social adotadas foram: fechamento de instituições de ensino, fechamento do comércio não essencial e apresentações artísticas com público. No âmbito das orientações individuais feitas pelo Ministério da Saúde do Brasil à população, destacam-se: evitar tocar olhos, nariz e boca, higienizar as mãos constantemente, com água e sabão e, quando possível, utilizar álcool a 70%. Mas esse conjunto de medidas preventivas não seguiu o percurso esperado pelo Ministério da Saúde; um mês após o início da quarentena verificou-se um aumento exponencial no número de casos da doença (FERENTZ *et al*, 2020).

Em abril, o número de casos de COVID-19 no Brasil chegou a 100 mil, com mais de 7 mil mortos, com os maiores números de casos registrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas. Tal condição, expôs a fragilidade do sistema de saúde pública, que poderia entrar em colapso, com reflexos sobre as classes mais pobres, as mais vulneráveis, devido à grande desigualdade social, com parcela da população vivendo sob condições precárias de habitação e saneamento básico, e situações de aglomeração (WERNECK; CARVALHO, 2020).

A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da *Emenda Constitucional nº 95*, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde (WERNECK; CARVALHO, 2020, p. 3).

A pandemia, que parecia algo distante, noticiada pelos canais de comunicação, chega ao país e muda toda uma realidade: o distanciamento social é imposto, as máscaras passam a fazer parte da vestimenta das pessoas, o medo passou a tomar conta e as desigualdades sociais ficaram mais evidenciadas.



A pandemia mundial acarretada pelo COVID-19 atingiu as mais distintas esferas da vida social, provocando mudanças de comportamento, reflexões, aumento da higiene e adaptações de espaços, inclusive dentro das residências. De estabelecimentos comerciais a instituições de saúde, todos tiveram que passar por um processo de adaptação imediato para o prosseguimento de suas atividades; no âmbito da educação não foi diferente (ROCHA; OLIVEIRA, 2020, p. 1).

ENSINO REMOTO

Para Faustino e Silva (2020), a pandemia deixa um clima de incertezas na educação. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), estima-se que 90% dos estudantes do mundo terão seus estudos impactados de alguma forma pela pandemia. Para minimizar os impactos a UNESCO (2020) defende que o ensino seja realizado à distância, mas reconhece a complexidade em oferecer esse tipo de educação, devido a fatores como a oferta de formação e apoio a professores para utilização de ferramentas tecnológicas, engajamento das famílias e os desafios da conectividade.

Dessa forma, o ensino remoto faz-se necessário “porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus” (BEHAR, 2020). Essa forma de ensino tem caráter emergencial, devido às circunstâncias de sua implantação, no qual o currículo, planejamento e as atividades pedagógicas, precisaram ser reestruturados em caráter de urgência, com vistas a minimizar os impactos na aprendizagem (BEHAR, 2020).

O professor, desvalorizado socialmente, economicamente e politicamente, é colocado à prova e se vê diante de um novo desafio, diferente de todos os outros encontrados em sua carreira. Acostumado a lecionar para turmas lotadas e à falta de estrutura e materiais para executar plenamente o seu trabalho, é obrigado a se reinventar, como se já não o fizesse a cada aula que ministra. Aulas presenciais são suspensas e substituídas por um ensino remoto, por meio de plataformas virtuais. De acordo com Behar (2020), com o ensino remoto, muitos professores precisaram reestruturar sua forma de trabalho, pois não estavam preparados e nem capacitados para atuar nesta modalidade de ensino.

Para Faustino e Silva (2020), a implementação do ensino remoto não é algo simples. A ruptura dos processos presenciais para os virtuais de ensino e aprendizagem requer maior exploração de recursos tecnológicos até então pouco utilizados no ambiente escolar. Esta forma de ensino requer nova metodologia, na qual a abordagem do conteúdo precisa ser feita de uma forma diferenciada, tendo em vista que mesmo para os estudantes com acesso aos meios tecnológicos, há limites para a apreensão dos conteúdos. Na sala de aula presencial há maior suporte e contato direto com o professor. Além disso, é necessário ressaltar que nem todos os conteúdos, dadas as suas especificidades, se adequam satisfatoriamente, ao ensino remoto.



Nesse novo cenário, o ensino passa a ocorrer por meio de uma plataforma virtual, com professores e estudantes sem formação e domínio das ferramentas digitais. Ademais, muitos vivem em localidades sem acesso à internet ou com conexão instável. Vale ressaltar que há casos de professores e estudantes que não possuem computador pessoal e seus aparelhos móveis, única forma de acesso à internet, por vezes, não suportam o tráfego de muitas informações e a utilização de certos tipos de aplicativos.

O distanciamento social, embora necessário à população para evitar a disseminação da COVID-19 pode impactar a saúde mental de todos, em um cotidiano atípico, incerto e de uma rotina provisória. A soma desses fatores tem gerado sentimentos contraditórios, desde o medo da contaminação, a ansiedade e estresse diante de uma nova doença sobre a qual ainda pouco se conhece, a negação diante do sofrimento, as incertezas quanto ao futuro e as perdas vinculadas à pandemia (CÉSAR *et. al.*, 2020).

A exigência de uma preparação diferenciada das aulas e o atendimento aos estudantes por diferentes meios de comunicação, faz o professor estar conectado ao trabalho a todo momento, inclusive fora do horário regular e nos fins de semana. Soma-se a esta sobrecarga profissional, que se tornou a tônica neste período, a crescente sensação de insegurança gerada pela pandemia. Toda essa situação tem provocado grande sobrecarga emocional, culminando no aumento do estresse, da ansiedade, da insônia e outros sintomas relacionados com a saúde mental.

Um dos grandes desafios enfrentados pelo ensino remoto diz respeito à efetividade da aprendizagem, uma vez que estar conectado não significa, necessariamente, dedicação às aulas *online*. Um estudante conectado a uma aula na plataforma virtual de ensino, pode desligar a sua câmera, a pedido do professor ou por vontade própria, com a justificativa de melhorar a conexão. Durante este período, ele pode estar desenvolvendo outras atividades paralelas às atividades propostas pelo professor. Portanto, não há como ter certeza se os estudantes estão realmente conectados e efetivamente presentes no ambiente virtual onde são desenvolvidas as atividades síncronas e assíncronas propostas pelo professor (DIAS *et al.*, 2020).

DESIGUALDADES SOCIAIS

O ensino remoto, evidenciou também as desigualdades sociais. Muitos estudantes com dificuldades de acesso ou sem acesso à internet não conseguem conectar-se às plataformas virtuais de ensino. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação, (IBGE, 2020), o índice de pessoas sem acesso à internet em áreas urbanas é de 16%, nas áreas rurais chega a 50%. A pesquisa constatou também que o rendimento real médio *per capita* dos



domicílios com acesso à internet foi quase o dobro dos que não têm acesso. De acordo com Tokarnia (2020), uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, representando cerca de 46 milhões de brasileiros. Santos Júnior (2020) ressalta que cerca de 70 milhões de pessoas no Brasil tem acesso precário à internet durante a pandemia.

Lopes (2020) revela preocupação com os estudantes sem acesso à internet, especialmente em relação ao seu retorno ao ensino presencial. Além disso, muitos não possuem recursos tecnológicos que permitam acompanhar de forma igualitária os conteúdos escolares. Tais condições poderão gerar certa desmotivação em relação aos estudantes com acesso às aulas online e aos recursos tecnológicos disponibilizados por meio delas. O autor também manifesta inquietude quanto às perspectivas pedagógicas, do abismo social e intelectual que acometerá os estudantes após o período de isolamento social, bem como, as soluções práticas para diminuir os seus impactos.

A UNESCO (2020) expõe a necessidade de equidade entre os estudantes com e sem acesso à internet, apontando que o fechamento das escolas prejudica principalmente os mais vulneráveis e desfavorecidos, que dependem das escolas para, além de receber o ensino sistemático, uma gama de serviços sociais. A instituição ainda reforça que para muitos jovens estudantes o fechamento das escolas representa a perda de uma rede única de segurança vital, especialmente: nutrição, proteção e apoio emocional. Seu retorno às aulas presenciais, deverá ser preparado de forma diferenciada, para evitar o aumento das taxas de abandono escolar.

RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Há grande preocupação acerca do retorno presencial das aulas, pois ainda não há uma vacina distribuída a população, que garanta efetivamente a sua segurança diante da COVID-19. Apesar disso, protocolos sanitários e pedagógicos básicos têm sido propostos no sentido de orientar as ações para o retorno às atividades escolares presenciais. Dentre as recomendações sanitárias às equipes escolares, destacam-se: medidas de higienização escolar; reorganização dos espaços para garantir o distanciamento social seguro de 1m a 1,5m; aferição regular de temperatura; menor contingente de estudantes nos espaços escolares; e trabalhos de conscientização e ações para prevenção da COVID-19. No âmbito dos protocolos pedagógicos, têm sido propostas: a utilização de um regime de alternância (presencial / remoto) na execução das atividades educacionais; a elaboração de planos de trabalho domiciliar ou remoto para estudantes e professores dos grupos de risco, e para aqueles que não se sintam confortáveis e seguros na escola; a preparação de atividades de acolhimento no retorno às aulas presenciais,



objetivando auxiliar no enfrentamento aos impactos emocionais e de aprendizado durante o isolamento social.

Além de todas as medidas de proteção à saúde necessárias ao retorno das atividades escolares presenciais, outro grande desafio será a elaboração de planos de trabalho e assistência que visem minimizar os danos emocionais provocados pela pandemia. Para César *et al.* (2020), estudos revelam que diante de uma situação extrema, como a quarentena, são desencadeados na população efeitos negativos sobre a sua saúde mental, envolvendo sintomas de estresse pós-traumático, confusão mental e raiva, medo de contaminação, sintomas de depressão, ansiedade, estresse, bem como, preocupação com a falta de alimentos e perdas financeiras.

Alves (2020) afirma que o excesso de informação frente a um mundo globalizado pode despertar sintomas obsessivos-compulsivos, como aferição repetida da temperatura pela suspeita de contaminação pelo novo coronavírus, gerando, inclusive, interpretação equivocada das sensações corporais, induzindo as pessoas à busca por serviços hospitalares sem real necessidade. Esta situação pode gerar agitação, preocupação e sofrimento. O medo provocado pela pandemia pode se transformar em uma doença, comprometendo a saúde mental e a saúde social.

Ainda há muita discussão sobre se e quando as aulas presenciais devem efetivamente ocorrer. De um lado encontram-se, principalmente, os donos de escolas privadas, que pressionam os governos para o retorno do ensino presencial, devido aos prejuízos financeiros acumulados pela perda de estudantes, o que provoca uma crise no setor, tendo como consequência o risco de fechamento das escolas, já efetivado em alguns casos (LOPES, 2020). Do outro lado estão os pais de estudantes, profissionais da educação e especialistas em saúde pública, em sua maioria, contrários ao retorno escolar, que o consideram prematuro e perigoso no atual cenário, sem o controle da doença, vacina e tratamento eficaz. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar e alertar a população e órgãos gestores educacionais das ações e problemas oriundos da pandemia da COVID-19,

principalmente no que se trata de sua prevenção, além do fato que não temos remédios que façam efeito direto e que diminuam o tempo de recuperação; não possuímos leitos suficientes nos hospitais; não temos testes para fazermos a real separação e isolamento preventivo; não possuímos métodos e equipamentos necessários nas escolas para retomar as aulas presenciais e o principal não temos vacina para a população (DIAS *et al.*, 2020, p. 37.).

A reabertura das escolas pode significar novos focos de contaminação e disseminação da doença. De acordo com os estudos realizados pela FIOCRUZ (2020), o retorno às aulas presenciais, coloca os estudantes em potenciais situações do contágio. Mesmo que as escolas atentem aos protocolos de saúde, o transporte público e a falta de controle sobre o comportamento dos estudantes, representam riscos de



contaminação por COVID-19. Estas crianças e jovens, ao serem contaminados, poderão infectar parentes de todas as idades, inclusive os portadores de doenças crônicas, que compõem grupos de risco e em condições de vulnerabilidade. Em âmbito nacional, o retorno às aulas presenciais pode representar sério risco para 9,3 milhões de brasileiros, idosos e/ou adultos com comorbidades e que pertencem ao grupo de risco de COVID-19. Outra preocupação refere-se à saúde dos profissionais da educação que fazem parte do grupo de risco e, como muitos estudantes, convivem em seu ambiente familiar com pessoas em situação de vulnerabilidade. De acordo com Dias *et al.* (2020), há exemplos negativos no Brasil e no Mundo, quanto ao retorno das aulas presenciais. O retorno prematuro, ainda em contexto crescente de expansão da doença, é considerado desaconselhável, pois uma contaminação em massa em determinados locais, sobrecarregará o sistema de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia colocou em evidência a fragilidade do sistema educacional. Professores com defasagem salarial, tendo que se reinventar de diversas maneiras para desenvolver seu trabalho de forma digital, muitas vezes sem condição material. Soma-se a isso a falta de preparo e formação para utilização de ferramentas digitais para o ensino.

As vidas de professores e estudantes foram impactadas por uma realidade de isolamento social, que expõe e intensifica as desigualdades sociais, além de sua fragilidade emocional. A pandemia afetou profundamente a vida das pessoas, influenciando as relações e atividades que deixarão marcas profundas na sociedade.

O ensino remoto trouxe uma nova realidade para toda a sociedade, especialmente para estudantes e professores, que vivenciaram drástica mudança no ensino escolar em curto espaço de tempo. O uso de plataformas virtuais de ensino evidenciou a falta de conhecimento sobre o uso da tecnologia como recurso central no processo de construção do conhecimento. O ensino remoto requer do estudante uma rotina de estudos, disciplina e organização, as quais, muitas vezes, ele não tem. Soma-se a isso a falta de aparelhos tecnológicos pessoais, com recursos digitais que funcionem efetivamente. O uso do celular, como o principal instrumento de estudo, por vezes compartilhado com outros membros da família e com acesso precário à internet, expõe o abismo social, a forma como o ensino remoto chega às diferentes camadas sociais, interferindo diretamente no estímulo a continuidade dos estudos. Neste sentido, uma das grandes preocupações quanto ao retorno presencial das aulas é um possível crescimento do índice de evasão escolar, especialmente entre os estudantes que não tiveram acesso às aulas remotas, bem como entre aqueles que tiveram acesso precário a elas.



O isolamento social fez com que as escolas fechassem as portas por um período indeterminado. A forma rápida como se deu implementação do ensino remoto em muitas regiões expôs a necessidade de reformulação do processo de ensino, com o emprego de novas estratégias. Contudo, para sua efetivação é preciso disponibilizar formação, suporte e infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho com a eficiência que o momento atual exige. A implementação do ensino remoto reforça algumas certezas e necessidades (i) a valorização da profissão docente; (ii) uma formação docente que fomente o uso de diferentes ferramentas digitais e tecnológicas no ensino; (iii) a importância das relações pessoais no processo ensino-aprendizagem; (iv) a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à desigualdade social e econômica; (v) o papel da escola quanto ao acesso aos serviços sociais, de saúde, de nutrição, de proteção e de apoio; e (vi) a criação de planos de ação que visem amenizar os impactos sociais, emocionais e econômicos provocados pela pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriel Cunha. “Desafios da gestão escolar frente à pandemia de COVID-19”. **Educação Pública**, vol. 20, n. 33, 2020.

BEHAR, Patricia Alejandra. “O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância”. **Jornal da Universidade** [06/06/2020]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 14/08/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. “Coronavírus Brasil”. **Portal Eletrônico do Ministério da Saúde** [2020]. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2020.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; RIBEIRO, Adriana de Fátima; MORAES, Morgana Pizzi. “The Emotional Impact and its Relations in the Built Environment with the Traveler and Resident Confrontation in Times of Pandemic [and after]”. **Rosa dos Ventos**, vol. 12, 2020.

DIAS, Gustavo Nogueira *et al.* “Retorno às aulas presenciais no sistema educacional do estado do Pará-Brasil: Obstáculos e desafios durante a epidemia de Covid - 19(Sars-Cov-2)”. **Brazilian Journal of Development**, vol. 6, 2020.

DUARTE, Felipe Magalhães. “COVID-19: Origem do novo coronavirus/COVID-19”. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 3, n. 2, 2020.

FAUSTINO, Lorena. Silva e Silva; SILVA, Tulio Faustino Rodrigues Silva e. “Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

FERENTZ, Larissa *et al.* “Comportamento em tempos de Coronavírus no Brasil: utilização de hashtags no início do isolamento social”. **Comunicação em Ciências da Saúde**, vol. 31, n. 1, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “PNAD Contínua TIC 2018: internet chega a 79,1% dos domicílios do país. Internet chega a 79,1% dos domicílios do país”. **Portal Eletrônico do IBGE** [29/04/2020]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2020.



FIOCRUZ. “MonitoraCovid-19: nota técnica alerta para riscos na volta às aulas. nota técnica alerta para riscos na volta às aulas”. **Portal Eletrônico da FIOCRUZ** [2020]. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br>>. Acesso em: 20/08/2020.

LANA, Raquel Martins *et al.* “Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 36, 2020.

LOPES, Paulo Cesar de Almeida Barros. “A Covid-19, o retorno às aulas e o custo social do fechamento das escolas - o que pode ser feito?” **Educação Pública**, vol. 20, n. 29, 2020.

ROCHA, Gustavo Gomes Siqueira da; OLIVEIRA, Solange Diniz de. “Ensino na rede pública em tempos de pandemia: duas experiências docentes”. **Educação Pública**, vol. 20, n. 31, 2020.

SANTOS JÚNIOR, Irapoan Bertholdo dos. “Percepção de alunos e professores da Seeduc/RJ sobre o ensino on-line de caráter emergencial durante a pandemia”. **Educação Pública**, vol. 20, n. 30, 2020.

SENHORAS, Eloi Martins. “Novo Coronavírus e seus impactos econômicos no mundo”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 1, n. 2, 2020.

TOKARNIA; Mariana. “Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa”. **Portal Eletrônico da Agência Brasil** [29/04/2020]. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 20/08/2020.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. “COVID-19 Educational Disruption and Response”. **UNESCO Website** [2020]. Disponível em: <<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em: 20/08/2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. “A pandemia de COVID-19 no Brasil crônica de uma crise sanitária anunciada”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 36, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 4 | Nº 11 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima